

RENDA DE QUALIDADE TERRITORIAL: Da Teoria Francesa aos Estudos Brasileiros

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2024.61.16116>

Submetido em: 19/6/2024

Aceito em: 1/8/2024

Ivoneti da Silva Ramos¹; Valério Alécio Turnes²;
Ademir Antônio Cazella³; Bernard Pecqueur⁴

RESUMO

Ao estudar regiões agrícolas francesas em crise no final do século 20, pesquisadores observaram que algumas áreas rurais ativaram recursos territoriais específicos, resultando em bens e serviços diferenciados que deram origem ao enfoque teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST). Estimulada pela organização coletiva de atores locais, esta iniciativa revelou-se uma alternativa promissora de desenvolvimento. Além disso, esses bens e serviços específicos promoviam um rendimento diferenciado, fenômeno que originou a teoria da Renda de Qualidade Territorial (RQT). Abriu-se, então, a agenda para pesquisas sobre a CBST em diversos países, entre eles o Brasil. O mesmo não ocorreu com o tema da RQT. Embora conceitualmente mencionada em diversos artigos, a aplicação do conceito ainda carece de aprofundamento. Nesse contexto, este artigo objetiva dar visibilidade ao tema da RQT a partir da experiência francesa e analisar as possibilidades de geração desse tipo de renda em territórios rurais brasileiros. O procedimento metodológico aplicado foi revisão bibliográfica sobre a teoria da RQT e de estudos de caso sobre o enfoque da CBST realizados em territórios rurais brasileiros. Em todos os estudos de caso analisados há valorização de bens e serviços territoriais, o que suscita a possibilidade de investigação da geração de RQT, abrindo uma agenda futura de pesquisa em contextos brasileiros.

Palavras-chave: desenvolvimento territorial sustentável; recursos específicos; renda de qualidade territorial; cesta de bens e serviços territoriais.

INCOME OF TERRITORIAL QUALITY: FROM FRENCH THEORY TO BRAZILIAN STUDIES

ABSTRACT

When studying French agricultural regions in crisis at the end of the 20th century, researchers observed that some rural areas activated specific territorial resources, resulting in differentiated goods and services that gave rise to the theoretical-methodological framework of the Basket of Territorial Goods and Services (BTGS). Stimulated by the collective organization of local actors, this initiative proved to be a promising development alternative. Furthermore, these specific goods and services promoted differentiated income, a phenomenon that led to the theory of Territorial Quality Income (TQI). This opened the agenda for research on BTGS in various countries, including Brazil. However, the same did not happen with the topic of TQI. Although conceptually mentioned in various articles, the application of the concept still lacks further development. In this context, this article aims to highlight the topic of TQI based on the French experience and analyze the possibilities for generating this type of income in Brazilian rural territories. The methodological procedure applied was a literature review on TQI theory and case studies on the BTGS framework conducted in Brazilian rural territories. In all the case studies analyzed, there is an appreciation of territorial goods and services, which raises the possibility of investigating the generation of TQI, thus opening a future research agenda in Brazilian contexts.

Keywords: sustainable territorial development; territorial quality income; basket of territorial goods and services; specific resources.

¹ Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc. Florianópolis/SC, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-5417-3490>

² Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc. Florianópolis/SC, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-2923-341X>

³ Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis/SC, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-4457-4853>

⁴ Université Grenoble Alpes. França. <https://orcid.org/0000-0002-4986-0349>

INTRODUÇÃO

As crises ocorridas nas últimas décadas do século 20 em regiões agrícolas levou à necessidade de repensar estratégias para superar problemas de regiões rurais com dificuldades competitivas impostas por fatores naturais. Os pesquisadores franceses Amédée Mollard e Bernard Pecqueur observaram que, em algumas áreas rurais francesas em dificuldades econômicas, atores sociais ativaram de forma cooperada fatores de produção específicos, cuja qualidade está associada ao território. A oferta conjunta de bens e serviços diferenciados deu origem ao enfoque teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST). Estimulada pela organização coletiva de atores locais, essa iniciativa revelou ser uma estratégia alternativa e promissora de desenvolvimento. Esses bens e serviços específicos promoviam um rendimento diferenciado, que originou a teoria da Renda de Qualidade Territorial (RQT).

Em linhas gerais, a CBST pode ser entendida como o conjunto de bens e serviços territorializados, produzidos a partir de recursos específicos, que inclui o saber-fazer, a infraestrutura, o patrimônio histórico, cultural e natural, entre outros fatores que contribuem para a qualidade de vida e para a atratividade econômica (Pecqueur, 2001; Hirczak *et al.*, 2008). A RQT corresponde à renda adicionada pela valorização articulada desses bens e serviços específicos do território (Mollard, 2001; Pecqueur, 2001). Pode-se dizer que, enquanto a cesta congrega os bens e serviços específicos de um território, a renda de qualidade territorial é o resultado econômico que deriva da otimização e valorização desses recursos.

Este artigo objetiva dar visibilidade ao tema da RQT a partir da experiência francesa e realizar uma análise sobre as possibilidades de exploração do tema no Brasil. Pretende-se como resultado estimular novos estudos sobre a sua aplicabilidade no território brasileiro. Além desta introdução, o artigo está organizado com uma seção que aborda conteúdos metodológicos, seguida pela seção de apresentação do enfoque teórico-metodológico da CBST e da teoria da RQT, ambas a partir das análises pioneiras realizadas pelos pesquisadores franceses. Na sequência, discute-se os estudos relacionados ao tema no Brasil e as potencialidades de expansão da pesquisa sobre a RQT.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os bens e serviços territoriais são resultados das relações entre os agentes públicos, privados e associativos com o espaço, destacando-se que a partir dessa relação é possível estabelecer um padrão diferenciado de renda. Para Pecqueur (2001) e Mollard (2001), esse novo padrão corresponde à Renda de Qualidade Territorial. Em virtude dessas relações, este artigo enquadra-se no campo das pesquisas socioespaciais que, segundo Kapp (2020, p. 3), “são aquelas que abordam sociedade, espaço e suas relações”. O principal procedimento metodológico foi a revisão bibliográfica dos estudos franceses, teóricos e empíricos, sobre a CBST e a RQT, seguido da análise de estudos de caso correlacionados a esses enfoques realizados em territórios rurais brasileiros. Nesse sentido, a coleta dos dados contou com levantamento bibliográfico com a finalidade de organizar o *corpus* inicial do artigo que, segundo Bauer e Aarts (2002), corresponde ao conjunto de fontes e materiais que fundamentam o estudo.

O enfoque teórico-metodológico CBST e a teoria da RQT surgiram a partir dos estudos realizados por pesquisadores envolvidos na análise do planejamento do desenvolvimen-

to territorial do Laboratório de Ciências Sociais Interdisciplinar Universidade de Grenoble Alpes. Assim, a primeira etapa do levantamento bibliográfico explorou materiais baseados nas referências desses pesquisadores. Essa seleção considerou publicações sobre as abordagens da CBST e da RQT, especialmente aquelas que analisaram de forma conjunta os dois temas. Nessa primeira etapa foram selecionados 12 artigos, publicados entre 1997 e 2012.

A segunda etapa do levantamento foi realizada nos portais Periódicos Capes e Google Acadêmico, em qualquer idioma e a qualquer tempo, a partir das seguintes palavras-chave: “renda de qualidade territorial” e “cesta de bens e serviços territoriais”, “recursos específicos” e “desenvolvimento territorial sustentável”⁵. A pesquisa no portal Periódicos Capes não identificou nenhum material, mas no Google Acadêmico teve-se o registro 6 artigos, publicações em revistas entre os anos de 2017 e 2023, que apresentam coerência com o objetivo deste artigo, os quais foram selecionados para a análise.

Dessa forma, foram levantados 18 artigos que abordaram os temas centrais deste estudo, além das demais referências que foram articuladas a partir de estudos relacionados a estes temas com a finalidade de complementar a pesquisa.

TERRITÓRIOS, RECURSOS E ATIVOS ESPECÍFICOS E A CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS

As primeiras publicações que tratam do enfoque teórico-metodológico da CBST e da teoria da RQT datam da década de 90 do século 20. O enfoque da CBST compreende uma estratégia coletiva e diferenciada de desenvolvimento territorial empreendida por um coletivo de multiatores, enquanto a RQT é uma teoria correlacionada e resultante dessa estratégia de valorização de recursos territoriais específicos. Nessa associação, a especificidade de bens e serviços territoriais é um elemento central e, para melhor compreensão, é preciso inicialmente delimitar a relação entre território e recursos e ativos específicos, diferenciando-os dos recursos e ativos genéricos.

Segundo Mollard (2001), é no processo de construção social de territórios⁶ que os recursos se tornam ativos específicos, condição necessária para a criação de bens diferenciados. Sabourin (2002, p. 25) observa que o enfoque territorial considera “[...] sobretudo, a valorização coletiva e negociada das potencialidades das localidades, das coletividades ou das regiões, chamadas de atributos locais ou de ativos específicos”. De forma geral, os recursos são os fatores a revelar e a explorar, constituindo uma reserva e um potencial latente, enquanto os ativos são os recursos em atividade. Os recursos e ativos genéricos são totalmente transferíveis e seu valor é um valor de troca. Já os recursos e ativos específicos são aqueles que possuem características únicas e intransferíveis, ligadas diretamente ao território no qual estão localizados. Esses recursos apresentam limitações para serem replicados em outros lugares (Benko; Pecqueur, 2001). Essas

⁵ Nessas consultas, as expressões foram colocadas entre aspas para que os registros retornados abordassem os dois temas e com o operador booleano AND, que permite o retorno de registros que contenham a intersecção das palavras ou expressões pesquisadas.

⁶ O conceito que permeia este estudo é o de território construído, cuja formação representa o resultado de um processo de construção e delimitação pelos atores sociais, característica que o diferencia do território dado, cuja delimitação é político-administrativa (Pecqueur, 2006).

diferentes características permitem afirmar que não são apenas produtos e serviços que são vendidos localmente, mas o próprio território acaba sendo um “produto” vendido (Mollard, 2001). Esse processo decorre de contribuições de atores sociais de diversas categorias profissionais e da integração de outros elementos, a exemplo de amenidades ambientais (paisagens, climas, etc.), saberes tradicionais e fatores históricos e culturais.

Em suma, os ativos específicos existem a partir do valor que é atribuído a um recurso específico num processo de construção coletiva (Benko; Pecqueur, 2001), a partir do valor que as pessoas lhes atribuem; trata-se de um processo de ativação que pressupõe a existência de “[...] um projeto de valorização (a exemplo do vento, antes da invenção dos moinhos, ou as curvas na subida de Alpe d’Huez antes da invenção do *Tour de France*)” (Janin; Perron, 2016, p. 20).

Os ativos específicos contribuem para o desenvolvimento territorial⁷ ao fortalecer a capacidade de um território em utilizar seus recursos de maneira eficiente e inovadora. Eles representam a base sobre a qual as estratégias de desenvolvimento podem ser construídas e introduzidas. Um território pode se diferenciar por seus ativos específicos, que não existem fora das condições em que são produzidos. A especificação de recursos territoriais e sua metamorfose em ativos territoriais específicos embasa o enfoque teórico-metodológico da CBST.

Lacroix, Mollard e Pecqueur (1997) analisaram para um conjunto de territórios a variabilidade de contribuições de recursos territoriais na oferta e demanda de bens e serviços de qualidade. A identificação de uma oferta compósita e específica caracterizada pela composição de bens e serviços ancorados num determinado território serviu de base para a fundamentação do enfoque da CBST.

Entre os territórios estudados, o caso da região de *Baronnies* (França) foi o que ganhou mais visibilidade nessa direção. Trata-se de uma zona rural de montanha, na qual a modernização e mecanização agrícola promovida no pós-guerra não resultou em aumento significativo de produtividade. Nesse território os autores observaram a existência de um conjunto de bens e serviços territorializados, que chamaram de cesta de bens e serviços. A “cesta *Baronnies*” foi descrita a partir da sua composição em torno de um produto líder, o azeite de oliva – com denominação de origem controlada, produzido tradicionalmente em árvores milenares cultivadas em terraços – e os vinhos locais, o turismo rural, os óleos essenciais e as plantas aromáticas (Lacroix; Mollard; Pecqueur, 1997). Outro elemento constatado em *Baronnies* refere-se à existência de redes de atores locais articuladas em torno da produção e oferta, condição que permite a sustentabilidade à CBST e à RQT.

Daí se depreende o efeito cesta, que ocorre quando o consumidor adquire um produto de qualidade territorial, mas é atraído a comprar outros bens ou serviços territoriais. Essa valorização conjunta das características intrínsecas do território e da qualidade dos produtos e serviços ancorados territorialmente gera uma renda diferenciada, a qual foi denominada de renda de qualidade territorial (Mollard; Pecqueur; Lacroix (2000). A RQT resulta dessa oferta heterogênea e combinada, que pressupõe a construção de um sistema de governança territorial (Pecqueur, 2001). Os três principais componentes da Cesta explicam a conformação de RQT:

⁷ Para leitura aprofundada sobre conceitos e aspectos metodológicos do desenvolvimento territorial recomenda-se Dallabrida *et al.* (2021).

- (i) Um conjunto de bens e serviços complementares que reforçam os mercados locais; (ii) Uma combinação de bens privados e públicos que contribuem para o desenvolvimento da imagem e reputação de qualidade do território; (iii) Um sistema de governança territorial, resultado da coordenação interativa entre produtores da cesta a fim de internalizar a Renda da Qualidade Territorial (atores públicos, privados e associativos).

Para elucidar a diferenciação da renda a partir da valorização territorial pode ser utilizado o caso do preço do azeite de *Baronnies*. Lacroix, Mollard e Pecqueur (1997) partiram da seguinte observação: quando comparado o preço do azeite com produção de regiões de custos parecidos, com a mesma tipicidade (extra virgem, 1ª prensagem a frio, acidez < 1%) perceberam que o azeite produzido em *Baronnies* era vendido a um preço mais alto, gerando assim uma renda diferenciada. O azeite de Nyon já possuía uma indicação geográfica desde a década de 60 e a demanda de azeite havia crescido no mundo todo nas últimas décadas. Então, o que justificava essa diferença de preços se as condições eram parecidas?

Na visão dos autores, essa diferença de preço não pode ser explicada apenas pela qualidade intrínseca do azeite de oliva (tipo de produção, qualidade da azeitona, sabor...), mas pela sua associação com outros bens e serviços propiciados pela cesta de *Baronnies* (efeito cesta) e pela preferência do consumidor pelo território. Trata-se de uma externalidade positiva propiciada pela oferta de produtos e serviços relacionados ou complementares, que os atores envolvidos se beneficiam (Lacroix; Mollard; Pecqueur, 1997).

Hirczak *et al.* (2008) indicam que a configuração da cesta de produtos e serviços é frágil, inacabada e que pressupõe uma ação continuada. Entre os territórios estudados, *Baronnies* foi considerado o caso mais próximo de um modelo ideal de CBST. Os autores fizeram o estudo comparativo com a região de *Chablais* (França), que possuía produção de vinhos, queijos e serviços de turismo. A diferença observada entre as duas regiões, porém, é que na primeira, os produtos da cesta geravam rendas conjuntas, um “efeito cesta”, e havia redes articuladas em torno da produção e oferta que apontavam para a constituição de uma renda diferenciada, enquanto na segunda havia uma oferta dispersa dos bens e serviços, que não gerava o “efeito cesta” (Lacroix; Mollard; Pecqueur, 1997; Mollard, 2001; Pecqueur, 2001). Em *Chablais*, a governança territorial, ou seja, o envolvimento dos atores públicos, privados e associativos, elemento importante para criar a sinergia da cesta, mostrou-se incipiente, mas isso não descaracteriza a valorização territorial de seus bens e serviços, apenas não corresponde ao modelo puro. O Quadro 1, a seguir, apresenta os modelos de cesta que derivaram a partir dos estudos do enfoque da CBST, especialmente o que foi intitulado de modelo puro (Cesta e *Baronnies*).

Quadro 1 – Modelos de cesta de bens e serviços territoriais

Modelo de Cesta	Descrição
i. Cesta em si ou propriamente dita	Tem por referência o caso <i>Baronnies</i> , mas foi constatada em outros territórios, como Aubrac, onde os produtos específicos e complementares se reforçam.
ii. Cesta híbrida	Caracteriza-se pela coexistência de sistemas produtivos genéricos e setoriais e de produtos locais de qualidade associados à tradição.
iii. Cesta <i>top-down</i>	Originado em estratégias institucionais de atores públicos, regional ou departamental.
iv. Cesta de iniciativas justapostas	Tem algumas semelhanças com a cesta <i>top-down</i> , mas com uma maior impermeabilidade entre atores públicos, privados e associativos.

Fonte: Elaborado com base em Hirczak *et al.* (2008) e Cazella *et al.* (2020).

No modelo de cesta em si, o queijo *Laguiole* de *Aubrac* tem diferencial de preços favorável e um potencial de renda relativamente alto em virtude da seleção genética empenhada em reintroduzir a raça *Aubrac*, mas também fruto da associação com tradição do canivete *Laguiole* e com o prato típico *aligot* (Hirczak *et al.*, 2008; Cazella *et al.*, 2020). Conforme Hirczak *et al.* (2008, p. 9, tradução nossa), “[...] *Aubrac* assume muitos pontos em comum com a cesta de bens da *Baronnies*: uma oferta de produto específica (queijo, canivete, *aligot*), complementado com serviços turísticos rurais [...]”. Nesse modelo mais próximo ao “puro” existem as condições necessárias para ocorrer o efeito cesta e potencializar a geração da RQT.

No caso da cesta híbrida, a concorrência com outros bens e serviços com características semelhantes, mas com preços mais baixos, e a dificuldade de articular os atores locais no processo constitutivo da Cesta são fatores que afetam a geração de uma renda mais alta, podendo inclusive levar ao desaparecimento de produções tradicionais. A cesta *top-down* tem por referência o estudo de caso realizado do departamento de *Ardèche* (França), onde instituições públicas coordenam diversas iniciativas em torno da marca territorial “*Deguste Ardèche*”. Com isso, o nome “*Ardèche*” passou a ser usado para identificar a origem de produtos e serviços de qualidade do departamento. A oferta de produtos de qualidade, diversificados e específicos (vinhos, castanhas, frutas, queijos, carnes, águas minerais, etc.) tem o reforço da oferta conjunta de serviços de qualidade (ambiente, cultura e patrimônio, turismo). Nesse caso, as formas de governança são de cima para baixo, dependente de atores públicos. No modelo de cesta justaposta, existe o potencial de recursos e bens e serviços territorializados, que poderia ser valorizado conjuntamente, mas inexistem formas sinérgicas de coordenação entre atores públicos, privados e associativos (Hirczak *et al.*, 2008).

Pelo exposto, nos modelos ii, iii e iv do Quadro 1, o efeito-cesta está mais distante de ocorrer em razão da dificuldade de coordenação dos atores territoriais na organização de uma oferta conjunta. Isso, no entanto, é um limitador para a geração da RQT? Entende-se que a RQT não prescinde do efeito-cesta, uma vez que ela pode ser gerada tanto nas ofertas sinérgicas (efeito-cesta) quanto nas ofertas dispersas, conforme apresentado em Mollard (2001).

Assim, as dificuldades associadas à coordenação dos atores locais não impedem a existência da RQT, porém a governança territorial é um componente central na sustentabilidade desse tipo de renda. Caso os atores locais não se articulem pode ocorrer a perda de valor ou até a extinção do produto territorial diante dos produtos concorrentes genéricos, a exemplo do caso do queijo azul *Bresse* (*Bleu de Bresse*) na França (cesta híbrida). O referido produto entrou na concorrência internacional com outros queijos industriais genéricos, reduzindo a referência com a especificidade territorial, com reflexos na equiparação de preços, perdendo a valorização diferencial do território (Hirczak *et al.*, 2008). Dois outros aspectos das vantagens propiciadas pelo enfoque da CBST na geração da RQT têm a ver com a apropriação dessa renda por um número maior de produtores e prestadores de serviços de qualidade territorial e com o fato de ser mais expressiva no que se refere ao montante gerado. A carência de estudos empíricos sobre esses aspectos está relacionada a dificuldades metodológicas para quantificar a RQT.

A TEORIA DA RENDA DE QUALIDADE TERRITORIAL

O estudo de Mollard (2001) tornou-se a referência principal sobre esse tema. O autor explica que a expressão *renda de qualidade territorial* representa a junção de dois tipos

de renda, resguardando particularidades decorrentes das épocas em que cada teoria foi formulada: (i) a renda territorial, adaptada a partir das formulações pioneiras de David Ricardo (1772-1823), que estudou a renda da terra e, em específico, a faculdade de agentes naturais e da sua raridade em gerar renda decorrente da oferta com menores custos de produção; (ii) a renda de qualidade, inspirada em Alfred Marshall (1842-1924), que ampliou o conceito para além dos dons naturais, incluindo fatores decorrentes da Revolução Industrial, em especial no que se refere às características da demanda.

Assim, os estudos sobre a renda territorial incorporam, da teoria ricardiana, elementos da renda diferencial. As formulações de David Ricardo são relativas a um período em que a agricultura (setor primário) era a atividade primordial de produção da renda, enquanto os pesquisadores dos bens e serviços observam realidades do pós Segunda Guerra Mundial, com rendas sendo produzidas pelos setores primário, secundário (indústria) e terciário (comércio e serviços). Em Ricardo (2001), a renda diferencial dos produtos está relacionada ao excedente de preço a igual custo, considerando a escassez dos fatores que não podem ser reproduzidos (terra e localização), os rendimentos decrescentes e a oferta inelástica. Ao analisar a aproximação da RQT com a renda diferencial ricardiana, Mollard (2001) afirma que a renda territorial parte do excedente de preço sobre o custo médio quando produtos são heterogêneos. Trata-se de produtos que não têm substitutos próximos, que não podem ser reproduzidos (preferência por um território, bens públicos e privados, recursos intrínsecos e construídos) e isso remete ao caráter inelástico da oferta. Com essa adequação à realidade contemporânea, a ótica da renda da terra é substituída pela ideia de uma renda do território. Nas palavras de Mollard (2001, p. 5, tradução nossa):

[...] a renda territorial é possível quando um bem ancorado em determinado espaço se torna um fator raro ou não reprodutível. Tal renda é da mesma natureza que a renda diferencial ricardiana, ou seja, resulta da diferença entre dois preços observáveis no mercado de bens e serviços considerados. A igual custo, os preços são mais altos em comparação com uma oferta local comparável em outro lugar (por exemplo, preços de terrenos à beira-mar, preços de residências secundárias ou rurais, etc...

No que se refere à renda de qualidade, Mollard (2001, p. 19, tradução nossa) explica que uma estratégia utilizada pelos setores para suportar o peso da abertura à concorrência internacional foi “qualificar sua oferta com a produção de bens e serviços diferenciados, não reproduzíveis, para escapar da concorrência pelos custos (...)”, a exemplo dos bens e serviços com especificidades territoriais, que alcançam um preço diferenciado em razão da valorização de atributos específicos, como demonstrado no caso do azeite de Nyons. O benefício que o consumidor enxerga ao comprar o azeite de oliva específico é maior do que o preço que ele está disposto a pagar pelo produto, mesmo que seja um preço maior que a média de mercado.

Nesse ponto, Mollard (2001) correlaciona a RQT com a teoria marshalliana, segundo a qual o excedente do consumidor existe quando o preço de mercado é menor que o benefício esperado a partir do valor que o consumidor está disposto a pagar pelo produto. A explicação alinha-se com o fato de que os ativos específicos territoriais incorporam, para além dos custos de produção, atributos ambientais, paisagísticos, históricos e culturais, que os tornam produtos específicos e diferenciados e que podem propiciar um excedente maior ao consumidor, tornando a demanda inelástica em razão das preferências dos consumidores para se beneficiar de tais recursos.

Esse processo modifica radicalmente as leis do mercado nos quais estão inseridos os produtos e os serviços vendidos: se tem a passagem da lei da oferta e da procura ao “consentimento a pagar”. (...) O valor criado e distribuído aos produtores não é mais decorrente da “produtividade quantitativa do trabalho” utilizado na elaboração da produção, mas pelo preço aceito pelos consumidores para esses produtos específicos (Campagne, 2016, tradução nossa).

A partir dessas duas abordagens clássicas, Mollard (2001) buscou ressignificar o diferencial de renda associado à qualificação territorial. Trata-se de uma combinação estratégica de produtores e prestadores de serviços, pelo lado da oferta (renda territorial) e consumidores, e pelo lado da demanda (renda de qualidade). Mollard (2001) chama a atenção que somente quando a renda territorial e a renda de qualidade se combinam é que se obtém a renda de qualidade territorial.

Na sequência dos estudos da RQT, Mollard *et al.* (2003) aprofundam a análise dos resultados de pesquisa sobre o tema realizada no território de *Baronnies*, reforçando a hipótese da cesta de bens e serviços territoriais, dando ênfase à renda de qualidade territorial gerada a partir do preço de venda do azeite de oliva. Para os autores, a renda diferenciada deve-se, basicamente, pela combinação da qualidade do produto com o território: diferenciação pela qualidade e diferenciação pelo território. Quando essas duas fontes de diferenciação convergem tem-se a geração da renda de qualidade territorial. Nas palavras dos autores (2003, p. 2, tradução nossa):

A RQT reflete a capacidade dos atores de criar processos institucionais capazes de capturar consumidores dispostos a pagar o preço associado ao ambiente do produto. A renda de qualidade territorial é uma renda organizacional: seu desenvolvimento é o resultado de estratégia territorial de longo prazo envolvendo produtores, processadores e cooperativas, bem como instituições de coordenação do desenvolvimento local (sindicatos de desenvolvimento, autoridades locais, etc.). Uma renda capaz de identificar uma oferta construída de bens ou serviços específicos.

Após a análise pioneira sobre o tema, Bérard *et al.* (2005) apresentaram o estudo de caso da cesta de bens e serviços territoriais realizado na região de *Bresse* (França). Embora com uma agricultura modernizada, a região apresenta produções tradicionais, mas de forma bastante heterogênea e sem um consistente sistema de governança territorial. Os autores concluem que nesse território existe uma convivência de produções genéricas e específicas e que a renda de qualidade territorial tem dificuldade de ser gerada de forma mais ampla, à exceção de uma iniciativa de uma pequena associação de produtores de aves.

Na sequência das reflexões, Mollard, Rambonilaza e Vollet (2006) analisaram os serviços turísticos, de forma a demonstrar, também, a existência de RQT. Esse tipo de serviço tem a especificidade de ser consumido apenas no local e, em decorrência disso, a localização torna-se uma característica central, tanto para a demanda quanto para a oferta. Após aplicarem o método do preço hedônico⁸ e a análise econométrica dos preços nos mercados de hospedagens

⁸ Preços hedônicos (ou preços implícitos) é um método de avaliação de bens que tem por base a hipótese de Lancaster, publicada em 1966, de que “os atributos de uma determinada mercadoria têm valor por propiciar utilidade a quem os consome” (Ferreira; Resende Filho, 2010, p. 473).

turísticas, os autores verificaram que as variáveis ambientais complementam as características intrínsecas das hospedagens na estratégia de diferenciação.

Roux, Vollet e Pecqueur (2006) discutiram outra particularidade importante na geração da RQT: as convergências estratégicas de atores que podem criar uma oferta específica de local, possibilitando a valorização dos recursos territoriais. A governança territorial amplia e fortalece a CBST a partir de lógicas privadas individuais, coletivas ou institucionais. No estudo de caso realizado nos territórios de *Baronnies* e *Aubrac*, os autores constataram a convergência da governança setorial e territorial para os setores de azeite e queijo, mas esse não foi o caso para os setores de frutas e cutelaria.

Pecqueur (2006) apresenta um quadro referencial em que contrasta um modelo padrão de desempenho econômico baseado na noção de produtividade e um modelo baseado na “qualidade”, que se diferencia do primeiro essencialmente pelo fato de estabelecer uma nova relação de concorrência, que não de empresas, mas de locais produtivos (os territórios). Ao destacar a vantagem que pode surgir dessa inversão de ótica da soma dos produtos locais à produção territorial articulada, o autor fundamenta sua análise pelo efeito propiciado pela Renda de Qualidade Territorial.

O estudo de Hirczak *et al.* (2008) apresenta uma avaliação de dez anos de pesquisa sobre o modelo da cesta, salientando a generalização das interações entre produtos e serviços de qualidade, ambiente e territórios, como fontes de externalidades positivas, que podem ser valorizadas numa lógica de desenvolvimento territorial sustentável. Importante destacar que a renda de qualidade territorial e a abordagem teórico-metodológica da cesta de bens e serviços territoriais são conceitos em construção. Os próprios autores afirmam que dificilmente será encontrado um modelo ideal e que, por isso, cada caso deve ser analisado a partir das suas peculiaridades. Essa constatação soma-se à observação de Mollard (2001) sobre o quão “delicado” é o desafio metodológico para se avaliar a RQT. No estágio atual pode-se afirmar que ela existe, mas sua quantificação ainda carece de procedimentos a serem formulados.

Ao longo dos anos, novos estudos que adotam o enfoque da CBST foram realizados, tanto por meio de projetos de pesquisadores de outros países, tais como o Brasil, quanto pela continuidade dos estudos de autores franceses voltados às realidades de outros países. Pecqueur (2022), ao discutir os recursos territoriais como oportunidades para promover o desenvolvimento territorial em países do sul global, destaca que desenvolver economicamente zonas rurais na direção de um sistema de mercado, com produção em larga escala, é uma tarefa difícil para as economias do Sul, em grande medida pelas dificuldades em contemplar a agricultura familiar e em conseguir investimentos. Assim, uma alternativa passa pela valorização dos recursos territoriais que, conforme visto, podem gerar uma renda diferenciada relacionada à qualidade territorial, a partir do valor que o mercado atribui a esses recursos. Trata-se de vender “coisas” que antes não eram vendidas: paisagens, patrimônio, história, saber fazer, produtos que são apenas localmente produzidos, entre outros (Pecqueur, 2022).

ESTUDOS SOBRE A CBST E A RENDA DE QUALIDADE TERRITORIAL NO BRASIL

No Brasil diversas pesquisas abordam o tema do desenvolvimento territorial. No que se refere às abordagens da CBST e da RQT, o levantamento bibliográfico realizado demonstra que esses dois temas são discutidos em conjunto em diversas publicações, mas que as análises

privilegiam o enfoque da CBST. Os estudos com maior regularidade sobre a CBST e a RQT iniciaram no país em territórios rurais catarinenses. A partir de 2016, integrantes do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), coordenaram de forma sistemática projetos de pesquisa que adotaram o enfoque teórico-metodológico da CBST⁹. Importante salientar que esta seção não esgota a produção total realizada sobre o tema no Brasil¹⁰.

A análise de Cazella *et al.* (2019) na serra catarinense, situada na Região Sul do Brasil, identificou diversos elementos de uma CBST: o queijo artesanal serrano, a maçã fugi, vinhos de altitude, o mel de melato de bracinga e o turismo rural. Essas potencialidades apontam para a construção de uma oferta heterogênea de produtos e serviços de qualidade. Segundo os autores, o componente mais frágil reside na inexistência de um sistema de governança territorial, que construa sinergias entre as iniciativas em curso. O estudo não aprofunda as questões relacionadas ao efeito cesta e à RQT, mas, entre os casos analisados, é o que mais se aproxima do modelo de cesta propriamente dita. Essa valorização de bens e serviços territoriais que ocorre no território da serra catarinense pode se tornar agenda para estudos da RQT.

Na sequência, Cazella *et al.* (2020, p. 193) avançaram na análise do arcabouço teórico do enfoque da CBST, dando ênfase para fatores “limitantes do uso do enfoque em estudos sobre o desenvolvimento territorial” no Brasil. As conclusões dos autores levam à reflexão sobre a importância de considerar para a realidade social brasileira os temas da inclusão social, a articulação dos sistemas de governança territorial no tocante a investimentos institucionais e na formação de atores sociais para atuarem com a complexidade do desenvolvimento territorial sustentável¹¹.

Assim, os autores abordam o tema da renda de qualidade territorial, chamando a atenção para o fato que esse tipo de renda, no Brasil, não deve ser concebido de forma exclusiva a partir da elevação de preços de produtos e serviços territoriais de qualidade, visando a consumidores com maior poder aquisitivo. A mera elevação de preços de produtos e serviços de qualidade implica a exclusão da maior parte dos consumidores. Para evitar esse caminho sugerem que a RQT pode ser obtida a partir do aumento do volume de vendas, ao invés do aumento exclusivo dos preços, em especial via canais de comercialização dos mercados territoriais, de forma a beneficiar os consumidores do território. Embora o estudo não aprofunde a discussão teórica

⁹ Este artigo é parte dos resultados de atividades previstas nos seguintes projetos de pesquisa: 1) O Enfoque da Cesta de bens e serviços territoriais: modelo de análise do Desenvolvimento Territorial Sustentável (Edital Universal do CNPq); 2) Desenvolvimento territorial sustentável: interfaces entre a Cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), Chamada Pública Fapesc nº 12/2020, Programa de Pesquisa Universal; 3) Inovação e transição sustentável: Cesta de bens e serviços em territórios amazônicos, Edital de chamada pública Confap nº 003/2022, Programa de apoio a projetos de pesquisa Iniciativa Amazônia +10, que conta com o financiamento da Fapesc (Termo de Outorga No 2022TR002173; 4) Desenvolvimento territorial sustentável: a Cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais, Edital de bolsa de produtividade em pesquisa CNPq – PQ 2022; 5) Projeto integrador Coprodução, accountability e inovação: dilemas e perspectivas na administração pública contemporânea, do Grupo de Pesquisa Politeia, que contou com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina, Fapesc, e da Universidade do Estado de Santa Catarina, Udesc, no âmbito do Edital de Chamada Pública – PAP FAPESC Nº 48/2022, Apoio à infraestrutura para grupos de pesquisa da Udesc (Termo de Outorga Nº 2023TR000519), com vigência de 2023 a 2025.

¹⁰ Um estudo pioneiro no Brasil que adota o enfoque da CBST foi realizado por Flexor e Benavides (2009), em pesquisa sobre o tema da multifuncionalidade agrícola com pesquisa empírica realizada no litoral sul-fluminense.

¹¹ Outros estudos reforçam os resultados já obtidos nas análises francesas, assim como ampliam as reflexões sobre o tema, como em De Paula (2019), cujo estudo sobre CBST na Serra Catarinense evidencia a fragilidade do sistema de governança, componente central do enfoque Cesta e, conseqüentemente, da RQT.

da RQT, os autores ressaltam a necessidade de pesquisas futuras sobre o tema, de forma a conceber um modelo de análise para a sua mensuração, pré-condição para demonstrar sua importância socioeconômica (Cazella *et al.*, 2020).

O estudo de Medeiros, Sablayrolles e Cazella (2021, p. 14) articulou o enfoque da CBST com a noção de produção de novidades, tendo por base empírica a Floresta Nacional (Flona) do Tapajós localizada região oeste do Pará. Os resultados destacaram a existência de diversos ativos territoriais específicos, a exemplo de móveis de madeira de diferentes categorias, bijoias, artesanato de couro vegetal, licores, alimentos e o turismo. Além disso, percebe-se a iniciativa de construção de um incipiente sistema de governança territorial, mas que “já tem demonstrado sua capacidade de integrar na agenda de discussão o tema da inclusão social de parcela da população da Flona não integrada nas ações formais de desenvolvimento territorial”. Nessa análise, percebe-se que uma parcela da RQT é destinada a ações sociais comunitárias por parte de uma organização cooperativa que coordena a maior parte das iniciativas de valorização de recursos territoriais específicos.

A análise de Tecchio *et al.* (2021) discute a aplicação do enfoque teórico-metodológico da CBST a partir da identificação de bens e serviços que podem ser articulados numa estratégia de desenvolvimento na área de abrangência da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (Ameosc). Os resultados demonstram que os bens e serviços mais ativados são a festa típica da cultura de imigrantes alemães que colonizaram a região (*Oktoberfest*) realizada no município de Itapiranga, além de produtos coloniais, a maioria transformados em agroindústrias familiares artesanais, presentes nos 19 municípios que compõem a Ameosc. Outra iniciativa consiste no resgate de sementes crioulas de milho e pipoca por iniciativa em especial de atores sociais do município de Anchieta, que se articula com ações promissoras de turismo rural de aventura e histórico-cultural. Nessa área, outros municípios têm realizado investimentos em estruturas para realização de eventos de lazer, além do atrativo da tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. Os resultados desse estudo, a exemplo dos dois anteriores, apontam para a necessidade de construção de sinergias entre as diferentes atividades de especificação de recursos de qualidade territorial. Nesses casos é possível constatar uma aproximação como as características dos modelos de cesta híbrida ou justaposta, com bens e serviços territorializados que podem dar base para estudos da RQT.

Na sequência, Turnes *et al.* (2022) elaboraram uma primeira versão de um painel de indicadores para o monitoramento da construção de uma Cesta de bens e serviços territoriais, com o propósito de contribuir na avaliação tanto das mudanças temporais no interior de um território quanto de aspectos específicos, comuns entre as Cestas ou exclusivos a determinada Cesta. Os autores destacam que os indicadores podem ser utilizados em atividades de capacitação de atores sociais no enfoque da CBST. Sobre as dimensões abordadas no painel, tem-se a oferta de produtos e serviços privados de qualidade, a oferta de bens públicos de qualidade e o sistema de governança territorial, os quais são desdobrados em descritores e indicadores. O painel é um avanço em termos de estudos desse enfoque teórico-metodológico. Embora não trate especificamente do tema da RQT, contribui como inspiração para futuros indicadores relacionados a esse tipo de renda (Turnes *et al.*, 2022).

A análise de Froehlich e Roque (2022) apresenta uma releitura do processo de desenvolvimento no território Quarta Colônia, composta por 9 municípios da região central do Rio Grande do Sul, a partir do enfoque da CBST. Desde a década de 90, iniciativas de valorização da gastronomia

típica italiana, das tradições familiares na produção agroalimentar artesanal e da promoção do turismo ecológico e cultural foram empreendidas nesse território. Os recursos territoriais específicos ligados à história, cultura e à natureza contaram com ações públicas coordenadas pelo Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia. A gastronomia tornou-se um ativo territorial, configurando-se como um produto líder da cesta do território (Froehlich; Roque, 2022).

A análise realizada pelos autores identificou, no entanto, dificuldades na governança territorial em períodos mais recentes, com a tendência de que a renda de qualidade territorial seja apropriada cada vez mais por um conjunto restrito de atores sociais. Nesse caso é possível que o modelo de Cesta esteja próximo ao *top-down*, no qual predomina a hegemonia de atores públicos. O artigo não foca na RQT, mas pavimentação o caminho para que novas pesquisas possam aprofundar esse tema.

Em Dorigon (2022) tem-se a mobilização dos conceitos de CBST e RQT de forma articulada com a noção de Sítios Simbólicos de Pertencimento. Enquanto o enfoque da CBST tem por base a identificação e a valorização via mercados das especificidades dos recursos e ativos territoriais, os quais podem gerar uma renda de qualidade territorial, na abordagem dos sítios simbólicos de pertencimento a estrutura imaginária de coordenação econômica e social, permite integrar diferentes dimensões, com os mercados sendo apenas uma delas. O autor considera que o sentido de pertencimento a um determinado território e a uma cultura ganha relevância e pode ser incorporado a produtos e serviços, que valorizam atributos territoriais, tais como as paisagens, o saber fazer, a cultura, a trajetória e história de determinados grupos sociais. As redes de relações e das práticas de atores enraizados em seus universos locais reafirma a relevância da governança territorial. Embora o estudo evoque o tema da RQT, as associações desse tipo de renda aos sítios simbólicos de pertencimento também carecem de novas pesquisas, em especial no que se refere a canais informais de comercialização de alimentos que, certamente, contribuem na geração e na relevância desse tipo de renda.

De forma mais específica, dois textos apontam para estudos específicos sobre a RQT no Brasil. Ramos, Turnes e Cazella (2022) apresentam a renda de qualidade territorial a partir da literatura francesa no sentido de integrar esse tema na agenda de investigação no Brasil. Inspirados em Cazella *et al.* (2020), que indicam a necessidade de pesquisar a RQT a partir de adaptações à realidade territorial brasileira, os autores discutem dados que demonstram diferenças entre os dois países no que se refere a aspectos econômicos, fiscais, políticas públicas e desenvolvimento humano. Em Ramos, Turnes e Cazella (2023) tem-se a continuidade dessa reflexão a partir da discussão de uma vivência realizada na região do extremo oeste catarinense junto a agroindústrias familiares, na qual os autores apontam para a geração de uma renda diferenciada, que valoriza recursos territoriais intangíveis, e defendem a necessidade de pesquisas mais aprofundadas.

Os estudos brasileiros analisados avançam no inventário de bens e serviços territoriais com maior grau de especificação e demonstram que a RQT, embora em fase inicial de investigação, representa um tema central nas formulações teóricas sobre o desenvolvimento territorial. Nesse sentido, Pecqueur (2024) destaca a relevância atual dos sistemas alimentares territoriais e, em particular, das agroindústrias familiares que transformam alimentos e cuja comercialização ocorre em grande parte nos mercados territoriais. Segundo o autor, essas pequenas unidades agroindustriais familiares estão inseridas nesse movimento de religar o elo da produção com o território e de gerar uma renda que se diferencie pela qualidade territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de renda de qualidade territorial surgiu na década de 90 e, em termos de pesquisa aplicada, ainda encontra-se muito focado na realidade socioeconômica francesa. A discussão desse conceito representa um aspecto pouco explorado pela ampla literatura sobre o desenvolvimento territorial. As inúmeras iniciativas de valorização de recursos territoriais específicos presentes em territórios rurais de distintos países carecem de referenciais econômicos quantitativos que demonstrem sua importância, tanto para gestores públicos quanto para a população em geral.

Neste sentido, o presente artigo objetivou dar visibilidade ao tema da RQT a partir das formulações pioneiras de pesquisadores franceses, com ênfase para as possibilidades de explorar o tema em ações de desenvolvimento territorial existentes no Brasil. A perspectiva francesa representa uma estratégia para promover o desenvolvimento territorial, que articula o enfoque da Cesta de bens e serviços territoriais ao efeito de gerar a renda de qualidade territorial. Para o caso brasileiro, percebeu-se que o enfoque da CBST é mobilizado em pesquisas empíricas, mas no tocante à RQT os estudos estão em estágio inicial. Essa situação deve-se, em grande parte, à inexistência de um modelo de análise que detalhe procedimentos metodológicos, de forma a permitir a avaliação e quantificação desse tipo de renda.

A análise dos estudos referentes às pesquisas brasileiras permitiu correlacionar os diversos modelos de Cesta sistematizados pelos autores franceses, da Serra Catarinense e Oeste do Pará, Cesta em si; Extremo Oeste Catarinense, Cesta híbrida ou justaposta; e na Quarta Colônia Rio Grande do Sul, Cesta *top-down*. Essa relação demonstra que o fenômeno da RQT tem espaço de agenda no Brasil. Ainda, da interlocução com estudos mais recentes da França depreende-se que existe a possibilidade de aprofundar o tema da RQT a partir das agroindústrias familiares e, em especial, da inserção dessas agroindústrias nos mercados territoriais. Em todos os estudos de casos realizados em territórios rurais brasileiros e que serviram de referência para a elaboração deste artigo, constatou-se a valorização de bens e serviços territoriais específicos e de qualidade, que permitem aprofundar a investigação da geração de RQT. Em suma, há espaço para uma agenda de investigação e, quiçá, proposição de modelo de mensuração da RQT a partir do contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

- BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. *Geosul*, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31-50, jul./dez. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/14006>. Acesso em: dez. 2023.
- BÉRARD, L.; HIRCZAK, M.; MARCHENAY, P.; MOLLARD, A.; PECQUEUR, B. *Le panier de biens: une construction patrimoniale et territoriale. L'exemple de la Bresse*. Symposium international INRA – PSDR: Lyon, 2005. 17 p. Disponível em: file:///C:/Users/voner/Downloads/Le_panier_de_biens_une_construction_patrimoniale_e-1.pdf. Acesso em: jul. 2023.
- CAMPAGNE, P. Les territoires créatifs face à mondialisation: l'exemple de territoires ruraux des pays méditerranéens. In: GLON, E.; PECQUEUR, B. *Au cœur des territoires créatifs: proximités et ressources territoriales*. Rennes: PressesUniversitaires de Rennes, 2016.

CAZELLA, A. A.; DE PAULA, L. G. N.; MEDEIROS, M.; TURNES, V. A. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 49-74, set. 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14118>. Acesso em dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v24i3.14118>.

CAZELLA, A. A.; MEDEIROS, M.; DESCONSI, C.; SCHNEIDER, S.; DE PAULA, L. G. N. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional – G&DR*, Taubaté, SP, v. 16, n. 3, p. 193-206, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5881>. Acesso em: fev. 2024.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, Edemar; BÜTTENBENDER, Pedro Luís; DENARDIN, Valdir Frigo; ARENHART, Livio Osvaldo. Abordagem territorial do desenvolvimento: categorias conceituais e pressupostos metodológicos. *Guaju – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável*, Matinhos, v. 7, n. 1, p. 43-40, jan./jun. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/367877661_ABORDAGEM_TERRITORIAL_DO_DESENVOLVIMENTO_CATEGORIAS_CONCEITUAIS_E_PRESSUPOSTOS_METODOLOGICOS. Acesso em: maio 2024.

DE PAULA, Leandro Guimarães Nunes. *Cesta de bens e serviços territoriais: uma possível estratégia de desenvolvimento territorial para a Serra Catarinense?* Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agrossistemas, Florianópolis, 2019.

DORIGON, C. A teoria dos sítios simbólicos de pertencimento e as interfaces com o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 42, n. 1, p. 114-133, 2022. DOI: 10.37370/raizes.2022.v42.782. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/782>. Acesso em: jun. 2024.

FERREIRA, Sandro de Freitas; RESENDE FILHO, Moisés de Andrade. Aplicação do Método de Preços Hedônicos na Precificação de Atributos Raros de Peças Filatélicas e Construção de Carteiras Eficientes. *Est. Econ.*, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 469-498, abr./jun. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-41612010000200008>

FLEXOR, G.; BENAVIDES, Z. C. Multifuncionalidade da agricultura e diferenciação territorial no sul fluminense: uma perspectiva em termos de cesta de bens. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 193-208.

FROEHLICH, J. M.; ROQUE, A. P. O Território Quarta Colônia sob o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma perspectiva histórica. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 42, n. 1, p. 168-185, 2022. DOI: 10.37370/raizes.2022.v42.787. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/787>. Acesso em: jul. 2024.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HIRCZAK, M.; PECQUEUR, B.; MOLLARD, A. *Le panier de biens et de services de qualite: versun modele de développement territorial durable? MontagnesMediterraneennes* ; Institut deGeographie Alpine, 2004. p. 35-42. Disponível em: <https://shs.hal.science/halshs-00371256/document>. Acesso em: set. 2023.

HIRCZAK, M.; MOALLA, M.; MOLLARD, A.; PECQUEUR, B.; RAMBONILAZA, M.; VOLLET, D. Le modèle du panier de biens Grille d'analyse et observations de terrain. *Économie Rurale*, p. 50-70, 2008. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-economie-rurale-2008-6-page-55.htm>. Acesso em ago. 2023. DOI: 10.4000/economierurale.366

JANIN, C.; PERRON, L. *Valorizar os recursos territoriais: chaves para a ação – guia metodológico*. Florianópolis, SC: Epagri, 2020. 147 p.

KAPP, Silke. Entrevista na pesquisa sócio-espacial. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 22, e202006, 2020. DOI: 10.22296/23171529.rbeur.202006.

LACROIX A.; MOLLARD A.; PECQUEUR, B. Association de Science Régionale de Langue Française. Faculté Des SciencesEconomiqes Et Sociales. *La production d'une rente de qualité territoriale e comme stratégie de développement: le cas des Baronnies*. COLLOQUE: RENOUVEAU REGIONAL, RENOUVEAU URBAIN, 33., 1997. Lille, France, sep 1997.

LACROIX A.; MOLLARD A.; PECQUEUR, B. Politiques de développement local et rente de qualité territoriale des produits alimentaires. *Journées internationales de la recherche pour la gestion des territoires ruraux sensibles*. France: Clermond-Ferrand, avril 1998.

LACROIX A.; MOLLARD A.; PECQUEUR, B. Origine et produits de qualitéterritoriale: dusignal à l'attribut? *Revue d'ÉconomieRégionale et Urbaine*, Armand Colin, p. 683-705, 2000.

MEDEIROS, M.; SABLAYROLLES, P. J. L.; CAZELLA, A. A. A configuração de Cesta de Bens e Serviços Territoriais como estratégia inovadora de desenvolvimento amazônico. *Redes*. Santa Cruz do Sul, (on-line), v. 26, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/voner/Downloads/16842-Texto%20do%20Artigo-75741-1-10-20220107.pdf>. Acesso em: out. 2023.

MOLLARD A.; PECQUEUR. B.; LACROIX A. A Meeting between Quality and Territorialism, the Rent Theory Reviewed in the Context of Territorial Development. *International Journal of Sustainable Development (forthcoming)*, 2000. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/ids/ijusud/v4y2001i4p368-391.html>. Acesso em: ago. 2023.

MOLLARD, A. Qualité et développement territorial: une grille d'analyse théorique à partir de la rente. *Economie Rurale*, n. 261, p. 16-34, 2001. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ecoru_0013-0559_2001_num_263_1_5240. Acesso em: 21 mar. 2024. DOI: <https://doi.org/10.3406/ecoru.2001.5240>

MOLLARD, A.; PECQUEUR, B.; HANUS, G.; ROYBIN, D.; GELIN, S. Valoriser les qualités spécifiques des territoires: le panier de biens des Baronniees. *Boletim Territoires, acteurs et agricultures en Rhône-Alpes – programme de recherches pour et sur le développement régional*. 2003.

MOLLARD, A.; RAMBONILAZA, M.; VOLLET, D. Aménités environnementales et rente territoriale su marché de services différenciés: le cas du marché des gîtes ruraux la bellisés en France. *Revue d'Économie Politique*, v. 116, n. 2, p. 251-275, 2006. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.cairn.info/load_pdf.php%3Fdownload%3D1%26ID_ARTICLE%3DREDP_162_0251&ved=2ahUKewiU-4fs2N6GAxVq5UCHfp8AlgQFnoECBQQAQ&usg=AOvVaw3uR-NrCrjbY4CD_NYMGkk0. Acesso em: set. 2023. DOI: 10.3917/redp.162.0251

PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et services territorialisés. *Économie Rurale*, v. 261, n. 1, p. 37-49, 2001. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ecoru_0013-0559_2001_num_261_1_5217. Acesso em: ago. 2023. DOI: <https://doi.org/10.3406/ecoru.2001.5217>

PECQUEUR, B. Le tournant territorial de l'économie globale. *Espaces et Sociétés*, n. 124-125, p. 17-32, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/229027150_Le_tournant_territorial_de_l_economie_globale. Acesso em: 12 fev. 2024. DOI: 10.3917/esp.124.0017

PECQUEUR, B. The territorial resource, an opportunity for local development in the South. *Journal of Rural and Community Development*, Montréal, 2022. Disponível em: <https://journals.brandonu.ca/jrcd/article/view/2093>. Acesso em: set. 2023.

PECQUEUR, B. Can the territorial food system provide solutions to the recurring crises of the global food system? *Italian Review of Agricultural Economics*, Firenze University Press. (à paraître 2024).

RAMOS, I. S.; TURNES, V. A.; CAZELLA, A. A. Renda de qualidade territorial: trajetória teórico-histórica francesa e reflexões da aplicação ao Brasil. SEDRES – SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ESTADO E SOCIEDADE, 6., 2022., Crato. *Anais [...]*. Crato, CE, 6 a 8 de dezembro de 2022. Disponível em: <http://www.urca.br/portal2/wp-content/uploads/2023/05/0001-ANAIS-VI-SEDRES-2022-FINALIZADO.pdf>. Acesso em: dez. 2023.

RAMOS, I. S.; TURNES, V. A.; CAZELLA, A. A. Renda de qualidade territorial no extremo oeste catarinense? Abre-se uma agenda de investigação. WORKSHOP CATARINENSE DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA & MOSTRA DE PRODUTOS TRADICIONAIS, 9., 2023, Lages. *Anais [...]*. Lages, SC, 2023. (No prelo).

RICARDO, David. *Princípios de economia política e de tributação*. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

ROUX, E.; VOLLET, D.; PECQUEUR, B. Coordinations d'acteurs et valorisation des ressources territoriales. Lescas de l'Aubrac et des Baronniees. *Économie Rurale* [en ligne], 293, mai-juin 2006, mis en ligne le 5 juin 2008. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-economie-rurale-2006-3-page-20.htm>. Acesso em: ago. 2023. DOI: 10.4000/economierurale.776

SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial. In: SABOURIN, E.; SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

TECCHIO, A.; CAPELLESSO, A. J.; DORIGON, C.; CAZELLA, A. A. Desenvolvimento Territorial no Extremo Oeste de Santa Catarina: a abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. *Revista Política e Planejamento Regional*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, jan./abr. 2021. Disponível em: https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2019/04/Cesta-e-desenvolvimento-territorial_formatado.pdf. Acesso em: fev. 2024.

TURNES, V.; CAZELLA, A. A.; PECQUEUR, B.; GUZZATTI, T. C. Monitoramento de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais: a construção de um painel de indicadores. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 42, n. 1, p. 224-240, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.784>

Autor correspondente

Ivoneti da Silva Ramos

Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc

Av. Me. Benvenuta, 2007 – Itacorubi, Florianópolis/SC, Brasil

ivoneti.ramos@udesc.br

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.

